

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2023.

Nome do manifestante: Ariadne Berdine Costa Diógenes

**EMENTA: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS
TRIBUNAIS DE CONTAS DIANTE DAS NOVAS
TECNOLOGIAS E DA IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO
DIGITAL. PEDIDO DEFERIDO.**

Prezada Sra. Ariadne Berdine Costa Diógenes

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

Sou uma pesquisadora da graduação em Direito do Centro Universitário CESMAC e estou desenvolvendo, junto ao meu orientador, uma pesquisa em continuidade a outra já realizada no âmbito do Programa Semente de Iniciação Científica (PSIC).

Em nosso projeto, de título conhecido acima, buscamos investigar a repercussão das novas tecnologias e da inovação no controle externo exercido pelos Tribunais de Contas.

Poderemos, assim, avaliar práticas de sucesso alinhadas à Lei de Governo Digital (Lei nº 14.129), bem como a adesão a este marco legal e elencar os eventuais impeditivos e dificuldades na implementação de tais condutas.

Este questionário é parte de uma pesquisa científica sobre a transformação da atuação dos Tribunais de Contas diante das novas tecnologias e da implementação do Governo Digital. Suas respostas são de suma importância para a fase exploratória de nossa pesquisa. Agradecemos desde já.

Por gentileza, ler e responder a todas as questões de forma atenciosa.

1- O Tribunal possui uma política de digitalização das ferramentas de controle? Em caso positivo, favor indicar ou apresentar os documentos.

2- O Tribunal faz uso de tecnologia da informação e/ou inteligência artificial para suas atividades de controle externo? Quais? Exemplo: aplicativo, rastreamento de obras por satélite, ferramentas tecnológicas para promover denúncias, dentre outras.

3- Foi iniciado ou intensificado o uso das tecnologias no controle durante a Pandemia? Como?

4- Que balanços, relatórios ou instrumentos o Tribunal dispõe para apontar resultados (vantagens ou desvantagens) do uso da tecnologia no controle externo?

5- O Tribunal possui infraestrutura/setores responsáveis pelo planejamento e implementação desses mecanismos? Caso possua, favor identificar.

6- Se não possuem qualquer destas ferramentas, quais são os impeditivos ou dificuldades para a implementação?

7- Diante da disciplina da Lei nº 14.129, é possível dizer que o Tribunal a incorporou de forma eficiente para facilitar suas demandas em consonância ao Governo Digital? Em caso positivo, favor indicar de quais formas isso ocorreu.

8- Houve adesão formal à Lei de Governo Digital? Em caso positivo, gentileza informar por meio de qual ato normativo próprio o fez.

9- Há esforços por parte desta Corte de Contas no sentido de padronizar o uso das tecnologias em relação às outras? Gentileza detalhar os exemplos.

Submetido o pedido de acesso à informação aos setores especializados, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foram apresentadas as seguintes respostas:

Em atendimento ao despacho da SGPRES de 20/10/2023 – peça n.º 11 do presente DOC, vimos informar que, com base nas manifestações prévias, constantes nos Documentos TCE-RJ nº 006.975-9/2021 e 023.958-6/2022, podemos acrescentar que esta Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI, por meio de sua Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas - CDS, desenvolveu e implantou um sistema, para uso interno do TCE-RJ, com uso da tecnologia *blockchain*, para fins de avaliação da tecnologia, e aquisição de expertise técnica por parte das equipes de desenvolvimento de sistemas.

Além disso, a STI/CDS também utiliza ferramentas de análise aplicadas sobre dados disponíveis para o Controle Externo, apresentando os resultados no âmbito interno através do Portal BI, e disponibilizando os dados públicos, para a sociedade em geral, através do Portal de Dados Externos. Entre as ferramentas, podemos citar os Painéis de BI focados em Políticas Públicas de diversos temas, e uso de trilhas de auditorias de dados¹.

A STI/CDS, em período mais recente, passou a utilizar técnicas de Machine Learning aplicadas em documentos (contratos e editais) e em dados enviados por jurisdicionados, para a classificação desse conteúdo.

A pedido da SGE/SUB-INFAESTRUTURA a STI/CDS desenvolveu um painel BI sobre limpeza urbana que faz uso de técnicas de aprendizagem de máquina para identificar com maior precisão contratos públicos firmados pelos jurisdicionados que envolvam este tema específico, não alcançando matérias ambientais mais abrangentes. Vale ressaltar que não é possível disponibilizar um link web para acessar esses painéis, visto que a utilização e acesso dessas ferramentas restringem-se ao corpo de servidores do TCE-RJ.

Finalmente, acrescentamos que a STI/CDS tem conhecimento que o TCE-RJ utiliza, através de convênio com o TCU, o software ALICE2 para análise de Editais através de trilhas de auditorias, porém o uso da ferramenta e a análise dos resultados se dão no âmbito do Controle Externo.

¹ **Trilhas de Auditorias de Dados** - são regras que as áreas definem sobre um determinado assunto para que os dados sejam analisados e retornado um resultado. Um exemplo é a trilha de auditoria de óbitos, em que é feito cruzamento de dados de óbitos com a folha de pagamento, sendo o resultado direcionado para o Portal BI e para o Sistema de Índícios de Irregularidades – SISIND.

Em complementação, foi o informado ainda o seguinte:

Em resposta à sua solicitação de informações relacionadas ao uso de tecnologia e inovação no controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), exige análise, interpretação ou consolidação de dados que cuja metodologia para sua definição não está clara na solicitação.

Nesse sentido, sugerimos a requerente uma análise de conteúdo nos seguintes materiais:

- Processos administrativos TCE-RJ nº 301068-8/2022 - ADESÃO ao programa BRASIL MAIS
- Consulta de vínculos: <https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/AtosDePessoal/VinculosServidor>
- Portal de dados: <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/portal-de-dados-do-tcerj>
- Notícias sobre o indicador IRIS: <https://boaspraticas.atricon.org.br/indicador-de-risco-de-irregularidades/>
- Plano estratégico 2020: <https://www.tcerj.tc.br/planoestrategico2020>
- Plano operacional 2020: <https://www.tcerj.tc.br/planoestrategico2020/planosoperacionais.pdf>
- Diálogo: Transformação Digital no Controle Externo: capacitação como fator fundamental: <https://www.youtube.com/watch?v=y6IMxQxwps8>
- Controle Social: Portal de dados do TCE-RJ, como funciona a ferramenta: <https://www.youtube.com/watch?v=WeLtdy9dn9Y>
- Tardes do Saber: Encontro Técnico SIGFIS Municipal 2024 – Módulo Contábil - Manhã: <https://www.youtube.com/watch?v=ebyLbUe4FD8>

- Diálogo: classificação automatizada de produtos da Nota Fiscal Eletrônica de Compras Públicas:
<https://www.youtube.com/watch?v=FDumOKvv13Y>

Além disso, pode-se acrescentar que os **Documentos TCE-RJ nº 006.975-9/2021 e 023.958-6/2022** mencionados anteriormente são respostas a pedidos de acesso com base na Lei de Acesso à Informação e estão disponíveis para acesso no portal da Ouvidoria do Tribunal.

Informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ**, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://tcerj.ond.com.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”. Além disso, havendo o indeferimento do pedido, haverá a possibilidade de recurso nos termos do artigo 13, da Resolução nº 275/13.

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na internet, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,

Ouvidoria do TCE-RJ